

ATA DA 389ª (TRICENTÉSIMA OCTOGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE UBERABA) – EXERCÍCIO 2020. No décimo sexto (16) dia do mês de julho de 2020, às nove horas na sala de reuniões do IPSERV, situado a Rua Major Eustáquio, 542 realizou-se a reunião ordinária do Conselho Administrativo convocada pela Presidente deste. Compareceram à reunião os seguintes membros titulares do Conselho Administrativo do IPSERV Gestão 2018 -2020: Maria Claudia Farias Almeida, Moacir Felix Sobrinho, Pollyana Silva de Andrade, Taciana de Castro Balduino, João Batista Paranhos Júnior Diretor Executivo do IPSERV. Arnaldo José Bisinoto participou por meio remoto em virtude do isolamento, seguindo as normas de segurança em virtude da Pandemia do COVID-19. Após a verificação do quórum, a Presidente do Conselho, Maria Claudia Farias Almeida declarou aberta a reunião, cumprimentou e agradeceu a presença de todos. Passamos a nossa pauta mensal. I – Apresentação dos Relatórios da Prestação de Contas mensais de maio de 2020, de forma sintética com relatórios de fechamentos (financeiro orçamentário, patrimonial e dívida flutuante (consignações/dividas a curto prazo) com ofício constando parecer do Instituto: foi nos apresentado os relatórios contábeis do mês de maio de 2020, constatamos uma receita arrecadada de janeiro a maio no valor de R\$ 70.167.299,00, uma despesa efetivamente paga no valor de R\$ 29.604.406,88, um saldo financeiro acumulado de R\$ 407.511.366,52 e no Ativo Realizável a Longo Prazo (Contratos de Parcelamentos a Receber da Prefeitura) no valor de R\$ 33.539.295,19. Quanto as pendências da Dívida Flutuante (imposto de renda, empréstimos consignados, seguros de vida e outros) no montante de R\$ 7.518.119,23 continua ainda a regularizar, o que aguardamos as providências necessárias, uma vez que o Conselho Administrativo, obedeceu o Parágrafo único do artigo 4ºB da Lei Municipal nº 11.234/2011, comunicando as irregularidades aos Órgãos de Controle Externo (Tribunal de Contas, Ministério Público e Receita Federal).

II – Apresentação do recolhimento das contribuições de janeiro a junho de 2020. Os recolhimentos do Plano Financeiro estão em dia. A Prefeitura está inadimplente do aporte financeiro no mês de junho de 2020 no valor de R\$3.520.027,21 (três milhões, quinhentos e vinte mil, vinte e sete reais e vinte e um centavos). No Plano Previdenciário a Prefeitura não recolheu as contribuições patronais de Janeiro o valor de R\$824.903,78 (oitocentos e vinte e quatro mil, novecentos e três reais e setenta e oito centavos), de fevereiro no valor de R\$845.772,56 (oitocentos e quarenta e cinco reais, setecentos e setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), de março no valor de R\$ 911.748,07 (novecentos e onze reais, setecentos e quarenta e oito reais e sete centavos), de abril no valor de R\$589.238,65 (quinhentos e oitenta e nove mil, duzentos e trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos), de maio o valor de R\$774.119,23 (setecentos e setenta e quatro mil, cento e dezenove reais e vinte e três centavos), e de junho um valor de R\$1.360.444,79 (um milhão, trezentos e sessenta mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e setenta e nove centavos), portanto uma inadimplência total do plano previdenciário de R\$ 5.306.227,08 (cinco milhões, trezentos e seis mil, duzentos e vinte e sete reais e oito centavos). Entendemos que a legislação vigente permite que a Prefeitura deixe os valores da contribuição patronal para serem pagos posteriormente com parcelamentos. O que sempre preocupa muito os conselheiros são os valores que a Prefeitura não repassa até o 10º dia útil do mês

subsequente ao pagamento dos servidores dos valores dos segurados. São eles: Em fevereiro o valor de R\$198,22 (cento e noventa e oito reais e vinte e dois centavos). No mês de junho o valor de R\$1.624.591,05 (um milhão, seiscentos e vinte e quatro mil, quinhentos e noventa e um reais e cinco centavos), quando questionamos o Instituto, o mesmo apresentou a cobrança feita ao ente para a resolução desse valor em atraso, o que ainda não obteve resposta. III – Apresentação do saldo de recursos aplicados, bem como o relatório de investimentos com parecer do Instituto do mês de junho de 2020, apresentação da situação financeira e econômica atual do mercado de investimento. O mês de junho de 2020, foi um mês de recuperação, a rentabilidade foi de 2,38% frente a uma meta mensal de 0,74%, com um rendimento de R\$ 9.437.554,23 (nove milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e vinte e três centavos). O patrimônio líquido ultrapassou os 420 milhões. Ressaltamos que apesar de fevereiro e março terem sido meses péssimos para os investimentos como um todo, o Instituto tem tentado ficar atento ao mercado e conseguiu rendimento nos últimos três meses acima de 27 milhões. IV – Apresentação dos pagamentos dos parcelamentos de 2020, efetuados pela Prefeitura Municipal de Uberaba das contribuições patronais. A Prefeitura está em dia com os parcelamentos. Só existe um débito em junho no valor de R\$6.569,80 (seis mil quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos). O Conselho deliberou que a próxima reunião será realizada no dia 13/08/2020, devendo ser adotadas as medidas cabíveis, e solicitando que o Instituto organize a documentação para ser analisada na reunião. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada às 11 horas e 30 minutos. Eu Maria Claudia Farias Almeida lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e demais membros do Conselho Administrativo:

---

Maria Claudia Farias Almeida  
Presidente do Conselho

---

Moacir Felix Sobrinho  
Vice-Presidente do Conselho

---

Arnaldo José Bisinoto  
Secretário do Conselho

---

Pollyana Silva de Andrade  
Conselheira

---

Taciana de Castro Balduino  
Conselheira